

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE EXTRATIVISMO



RELATÓRIO DE GESTÃO 2009

Março de 2010

CONTEÚDO

2.3.	Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	3
2.3.1.	Programa Comunidades Tradicionais.....	3
2.3.2.	Principais Ações do Programa.....	3
2.3.2.1.	Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais.....	3
2.3.2.2.	Ação 6040 - Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade ..	6
2.3.2.3.	Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais	7
2.3.2.4.	Ação 6087 - Fomento À Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais8	
2.3.2.5.	Ação 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas.....	11
2.3.2.6.	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	12
2.3.3.	Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.....	13
2.3.4.	Principais Ações do Programa no MMA.....	13
2.3.4.1.	Ação 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas.....	13
2.3.4.2.	Ação 6063 - Fomento A Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto).....	16
	Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	18
	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	18
2.4.4.	Execução Física das ações realizadas pela UJ	19
2.4.5.	20
2.4.6.	Indicadores de Desempenho ou Institucionais.....	20
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	21
1.	Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador):.....	21
2.	Custo Total:	22
3.	Empréstimo contratado (ingressos externos): “DOAÇÃO”.....	22
4.	Contrapartida nacional: não se aplica.	22

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2009

DEX/SEDR/MMA

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. PROGRAMA COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tabela 1 – Dados gerais do programa 1145

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Objetivos Específicos	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Claudia Maria Calorio
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

2.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.2.1. AÇÃO 200I - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo

	impacto ambiental.
Descrição	<p>Os direitos do cidadão são conquistas sociais e jurídicas, criados quando se estabelecem condições para um grupo construir e exigir respostas políticas que dizem respeito ao bem-estar de todos.</p> <p>No caso do fortalecimento das instituições das comunidades tradicionais o que se pretende é dar condições para que estas possam responder às necessidades das populações, garantindo os direitos básicos de acesso à terra, ao trabalho e demais indicadores da cidadania com sustentabilidade sócio-ambiental.</p> <p>As etapas do processo de desenvolvimento da Ação são as seguintes:</p> <p>1- Identificação e diagnóstico de populações tradicionais;</p> <p>2- Promoção de processos participativos com extrativistas para criação de organizações;</p> <p>3- Promoção e apoio a organização das comunidades tradicionais para a produção e para a auto-gestão de seus empreendimentos produtivos;</p> <p>4- Prover e/ou articular apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos tradicionais;</p> <p>5- Promoção de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos tradicionais;</p> <p>6- Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos tradicionais;</p> <p>7- Interagindo com órgãos públicos e instituições não governamentais, com atividades de inclusão social; com o BNDES, para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas; e no âmbito do MMA, com outras secretarias e com o CNPT/IBAMA</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101

RESULTADOS DA AÇÃO:

A ação Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais – 220I, do programa comunidades Tradicionais – 1145 é executada pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. Em 2009 a ação tinha o orçamento previsto na LOA de R\$ 1.889.000,00, porém, com o Decreto que regula os limites de movimentação e empenho do Governo Federal, esta ação foi contingenciada em R\$ 831.162,00. Do total do limite liberado foram empenhados R\$ 1.057.838,00 e pagos recursos no valor de R\$ 401.851,00.

Os recursos dessa ação foram destinados ao pagamento de diárias, passagens e pagamento de pessoal envolvido diretamente na ação que tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades

tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

Em 2009 foram contratados e pagos 34 projetos de organizações de Comunidades Tradicionais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sudeste, por meio dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 99/025 e PNUD BRA 08/012. Os projetos apoiados beneficiam aproximadamente 3.952 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social. Vale ressaltar que esses projetos foram pagos com recursos de Acordo de Cooperação entre a SEDR/MMA e SAF/MDA.

A ação Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais recebeu dotação oriunda de Emenda Parlamentar Individual no valor de R\$ 100.000,00 que foi empenhado para a celebração de convênio com a Prefeitura de Humaitá – AM, para a promoção da cadeia produtiva da Castanha do Brasil. O convênio tem por finalidade apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.

Também foram empenhados recursos na ordem de R\$ 550.000,00 para o projeto de Cooperação Técnica Internacional PNUD BRA 08/012 para beneficiar novos projetos em 2010. A tabela abaixo demonstra a execução da meta física e financeira da ação orçamentária 200I.

Esta ação também tem papel fundamental para a realização das atividades da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (Decreto de 13 de julho de 2006). Em 2009 foram apoiados:

- Participação de membros da CNPCT no Fórum Social Mundial;
- Realização da 10^a, 11^a e 12^a Reunião ordinária da CNPCT;
- IX Encontro de Culturas tradicionais na Chapada dos veadeiros;
- Encontro de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, em Cárceres – MT;
- Encontro dos Faxinalenses, no Paraná;
- Oficina de Consulta sobre o Macrozoneamento da Amazônia Legal para membros da CNPCT, em Brasília-DF
- Reunião Plenária do CONSEA sobre Povos e Comunidades Tradicionais;
- Encontro de Comunidades Tradicionais do Paraná;
- Encontro Nacional de Pesquisadores e Movimentos Sociais do Projeto da Nova Cartografia Social, em São Luiz- MA

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	1.889.000,00	826.886,79	1.062.113,21	1.057.837,08	99,59
Física	57	-	-	34	59,64

Deve-se registrar que o contingenciamento prejudicou sobre maneira o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, uma vez que demanda por apoio a projetos, era bem maior do que o efetivamente apoiado. Sendo que os projetos já estão elaborados e condições de serem apoiados de imediato.

2.3.2.2. AÇÃO 6040 - ASSISTÊNCIA À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas de recursos da biodiversidade, relevantes para as comunidades e povos tradicionais, por meio de agregação de valor, visando seu uso sustentável e a justa repartição de benefícios advindos de sua utilização econômica. Além de capacitar membros dos povos e comunidades tradicionais e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas, de modo que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental e que tenham condições de acessar recursos públicos.
Descrição	Diagnóstico, caracterização, promoção do desenvolvimento e consolidação das cadeias produtivas da biodiversidade de interesse social, econômico, ambiental e cultural; identificação da viabilidade técnico-econômica do aproveitamento, manejo, transformação, armazenamento e comercialização de bioprodutos; desenvolvimento de sistema de banco de dados para a organização do conhecimento e das informações associados à cadeia de bioprodutos; assessoramento aos povos e comunidades tradicionais, inclusive aquelas situadas em pólos petroquímicos, em relação aos direitos sobre acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, assim como às demais etapas das cadeias produtivas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101

RESULTADOS DA AÇÃO:

O Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA realizou atividades de apoio ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade e arranjos produtivos locais com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. Esse apoio ocorreu por meio da implantação de 8 núcleos gestores e canais de comercialização em processo de consolidação, para as cadeias da carnaúba, Borracha, Pequi, Piaçava, Andiroba e Copaíba.

Em 2009 ocorreram reuniões dos núcleos gestores nos estados: Rio Grande do Norte, Acre, Minas Gerais, Bahia e Tocantins, além de reuniões com empresas compradoras de óleos vegetais, nos estados de São Paulo e Pará e uma reunião do Grupo de Trabalho de Arranjos Produtivos Locais de óleos na BR163/Transamazônica no estado do Pará.

A meta física executada foi acima da previsão porque as atividades desta ação foram executadas em parceria com CONAB, MDS e MDA.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	677.000,00	506.711,24	170.288,76	170.288,76	100
Física	6	-	-	7	116,67

2.3.2.3. AÇÃO 6060 - CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.
Descrição	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101, 44201, 44207

RESULTADOS DA AÇÃO:

O objetivo desta ação ao longo de 2009 foi o de fortalecer o componente de capacitação, aumentando sua capilarização e ajudando a estruturar e empoderar as comunidades tradicionais e extrativistas.

Ao longo do ano foram realizadas as seguintes capacitações:

- Oficina de Planejamento Participativo das cadeias do açaí e andiroba em Marajó-PA;
- Oficina “Fomento às Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade”, módulo 2: “Técnicas Básicas de Moderação para Facilitadores e Gestores da Cadeia de valor da Sociobiodiversidade”;
- Oficina de PAA para Agências Implementadoras e Parceiros em Belém e Altamira-PA, Manaus – AM, Paulo Afonso – BA, São Luis- MA, Montes Claros- MG;
- Workshop da Castanha, em Brasília-DF;
- Oficinas de PGPM em RESEXs nos estados: MA, AC e AM;
- Workshop do babaçu, em São Luiz- MA
- Capacitação na metodologia de Cadeia de Valor da Sociobiodiversidade em Fortaleza – CE.

O Departamento de Extrativismo promoveu ainda a III Oficina de Gestão de Projetos para os beneficiários de projetos da Carteira do Agroextrativismo. O evento foi esforço de habilitar tais comunidades para gerenciar tanto o aspecto técnico quanto o aspecto financeiro de sua execução, garantindo assim maior transparência na utilização dos recursos e resultados mais concretos e significativos.

No total do ano de 2009, foram capacitados 571 beneficiários em oficinas, workshops e capacitações realizadas em diversos estados brasileiros.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	460.000,00	348.663,88	111.336,12	111.336,12	100
Física	700	-	-	571	81,57

Destaca-se que o recurso contingenciado desta ação representou 75 % do valor total previsto na Lei Orçamentária Anual, e apesar disso houve uma alta execução física devido à parceria com a CONAB e o ICMBIO.

2.3.2.4. AÇÃO 6087 - FOMENTO À PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria de qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
Descrição	Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que: <ul style="list-style-type: none"> -Promovam o aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais; -Promovam a criação e consolidação de mecanismos de gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, por meio da criação, consolidação e fortalecimento de instâncias relacionadas às comunidades tradicionais; -Promovam a articulação e o fortalecimento das comunidades tradicionais; -Aprimorem, elaborem e consolidem políticas com vistas a conservação dos meios de vida das comunidades tradicionais, incluindo Reservas Extrativistas; -Promovam a elaboração e implementação de planos de gestão/manejo do uso dos recursos naturais em áreas de uso de comunidades tradicionais; -Promovam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que visem a melhoria na cadeia produtiva e; -Promovam o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101, 44901

RESULTADOS DA AÇÃO:

Os principal resultado desta ação foram as atividades do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009.

O PNPSB é resultado da parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os investimentos iniciados em 2008 em 10 cadeias produtivas (açai, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-Brasil, copaíba, pequi e piaçava) confluíram para a implantação em 2009 de 02 (duas) cadeias nacionais (castanha-do-Brasil e babaçu) e 8 cadeias territoriais; o processo de constituição de instâncias de governança nacional (câmaras setoriais da castanha-do-Brasil e do babaçu), câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados (MA, PA, TO, AC, AP, AM, MT, RO, CE e

PI) e em 300 municípios; a constituição de Rede de Serviços específica ao atendimento às cadeias de produtos da sociobiodiversidade; e ao início do diálogo com o setor empresarial.

Outro importante resultado, originado com o processo de inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 07 produtos da sociobiodiversidade - foi a subvenção para 1.800 famílias extrativistas. Também foi ampliado o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e aumentada significativamente a oportunidade de mercado institucional para esses produtos com a promulgação da Lei 11.947/2009. Ao determinar que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar priorizando-se, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, essa Lei significa geração de renda e agregação de valor por meio da aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos localmente.

Este pacto entre Estado e Povos e Comunidades Tradicionais induzindo investimentos públicos e privados, ampliando a oferta de bens de cidadania, tem reflexos imediatos na valorização dos seus produtos, sendo um poderoso instrumento na rápida trajetória ascendente de desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental.

Os desafios para a PNPCT em 2010 são a consolidação do diálogo com o setor empresarial e sua consolidação como política setorial para uso e conservação dos recursos naturais, com inclusão econômica e social.

Em 2009 foram apoiados:

- constituição das câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu;
- câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados;
- 4 reuniões estaduais para a promoção do PNPSB, nos estados: MT, AP, PA e RO;
- Encontro Rede de Serviços, em Brasília-DF;
- Realização do VI Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, em Brasília-DF;
- Evento Sala Caatinga, em São Paulo - SP.
- Empenho de recurso para convênio com o Estado do Maranhão para desenvolvimento do projeto de Apoio a Promoção da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio envolvendo os estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Em dezembro de 2009, quando parte do recurso da ação foi descontingenciado, foi realizado empenho para o Acordo de Cooperação Internacional PNUD BRA 08/012, para possibilitar apoio a projetos em 2010.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	4.169.384,00	3.270.165,71	899.218,29	899.110,19	99,98
Física	538	-	-	20	3,72

Observa-se que execução financeira foi de aproximadamente 100% do limite disponível, mas ao se considerar a previsão da LOA, conclui-se que somente foi disponibilizado para esta ação 21% do recurso previsto em Lei. Outro fator considerável é que a meta física desta ação está superestimada.

2.3.2.5. AÇÃO 6230 - GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de gestão ambiental em Terras Quilombolas, assim como fornecer as condições necessárias para o acesso às políticas públicas de fomento, de mapeamento e de participação em espaços coletivos para formulação de políticas para a gestão ambiental.
Descrição	A situação fundiária ainda incerta na maioria das terras ocupadas por grupos descendentes de quilombolas, associada a situação de pobreza que predominam na maioria das comunidades resultou em dramática vulnerabilidade ambiental da base de recursos naturais de que tais comunidades dependem econômica e culturalmente. A ação proposta tem o objetivo de promover a gestão ambiental de Terras Quilombolas, associando iniciativas de gestão ambiental, com ênfase na recuperação da base de recursos naturais degradada, à promoção de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a cultura das comunidades e de forma a preservar e valorizar o patrimônio de conhecimentos associado ao uso da biodiversidade. A exemplo das ações que a Coordenadoria de Agroextrativismo da SEDR realiza com outros grupos sociais tradicionais, a gestão ambiental se fará de forma participativa, com envolvimento das comunidades beneficiadas, inclusive nas instâncias de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Cláudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101

RESULTADOS DA AÇÃO:

Em 2009, os principais resultados dessa ação foram o apoio à realização da Oficina para a Valorização da Castanha do Brasil como instrumento de capacitação de comunitários e estratégias para a valoração da cadeia produtiva da Castanha em áreas quilombolas, no município de Oriximiná-PA, e a realização de reunião no norte de Minas Gerais com instituições locais para se definir fomento a organização social e produtiva de quilombolas em parceria com o MDS.

Parte dos recursos desta ação foram realizados através da contratação de pessoal temporário para contribuir nas atividades desenvolvidas na ação.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	334.500,00	300.000,00	34.500,00	34.500,00	100
Física	19	-	-	-	10,53

Observa-se que todo o recurso financeiro disponibilizado foi executado, porém este representou apenas 10, 31% do recurso previsto na LOA para esta ação, este fato impossibilitou o apoio previsto para as comunidades quilombolas.

2.3.2.6. AÇÃO 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Coordenação da Amazônia
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101, 44201, 44207

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	280.000,00	1.015,38	278.984,62	278.984,62	100

2.3.3. PROGRAMA PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Tabela 8 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos Específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Responsáveis pelo programa no âmbito da UJ	Lylia Guedes da Silva Galetti
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena; Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena; Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano; Número de Terras Indígenas Regularizadas; Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade; Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena.
Público-alvo (beneficiários)	Povos Indígenas

2.3.4. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA NO MMA

2.3.4.1. AÇÃO 8671 - FOMENTO À GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS

Tabela 8– Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.

Descrição	Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	44101

RESULTADOS DA AÇÃO:

A) AÇÕES RECENTES

A ação 8671 é operada através da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável junto às Comunidades Indígenas – Carteira Indígena - CI, que integra os Projetos de Cooperação Internacional BRAs 00/022 e 08/012. Trata-se de uma ação implementada em parceria com o MDS, que aporta recursos para a CI através da Ação Acesso à Alimentação (PAA – MDS). A CI tem como objetivo Promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável entre os Povos Indígenas, de forma a contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio do apoio e fomento a práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, à gestão ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas, com respeito às identidades culturais indígenas, estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento de sua autonomia.

Ao longo de 2009, a CI incrementou os esforços que vem realizando para fomentar a inclusão produtiva de comunidades indígenas e a gestão ambiental de suas terras, promovendo a adoção de atividades sustentáveis, do ponto de vista sociocultural, econômico e ambiental, e atividades de capacitação e de fortalecimento das associações comunitárias indígenas. Parcerias foram consolidadas, como fruto de articulações com outras políticas de governo, especialmente com a FUNAI e o MDA, com ênfase em ações estruturantes que contribuam para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Destaque-se, neste sentido, o protagonismo da CI no âmbito do Grupo de Trabalho Interinstitucional – MMA e Ministério da Justiça para a elaboração da minuta da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (Portaria 434/2009, que reedita altera portaria anterior de criação do GTI).

As ações mais recentes, executadas entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009, com recursos alocados pelo MDS, já seguem as novas Diretrizes e normas de Acesso aos Recursos da CI e estão relacionadas a seguir:

- Fomento a projetos novos: foram aprovados 38 projetos no ano de 2009, no valor total de R\$2.086.073,93 Destes, 15 já receberam a primeira parcela dos recursos, com respectivo empenho das segundas parcelas. Os demais projetos aprovados estão em tramitação para o repasse de recursos.
- Projetos em andamento: foram repassados R\$ 325.894,96, correspondentes à segundas parcelas dos recursos aprovados, para garantir a continuidade e finalização dos projetos;
- Eventos de divulgação, capacitação e apoio à gestão ambiental:
 - Apoio e divulgação da CI no I Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional – DSEI-XINGU;
 - Apoio e divulgação da CI no I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas;
 - Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira;
 - Apoio aos eventos indígenas no Fórum Social Mundial 2009;
 - Apoio aos eventos indígenas no âmbito do IX Encontro de Culturas Tradicionais Chapada dos Veadeiros;
 - realização do Seminário “Acesso a Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para os Povos Indígenas” (PAA, PRONAF, e outras), em parceria com MDS, FUNAI, MDA e CONAB;
 - Realização do Seminário para apoio ao Projeto de Vigilância/Monitoramento e Gestão Ambiental Territorial das Terras Indígenas Xavante: Sangradouro/Volta Grande e Marechal Rondon, em parceria com a FUNAI e MDA;
 - I Consulta Regional da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – Recife/PE;
 - II Consulta Regional da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – Curitiba/PR;
- Acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos

Nº de Viagens	Estados	Projetos visitados
2	TO	8
2	CE	13
3	MG	5
1	PB	2
2	RS	5
2	RO	1
1	PE	9
2	MT	6
11	MS	33
1	AM	1
2	AL	7
2	SP	2

Total: realizadas 31 viagens técnicas, nas quais foram visitados 92 projetos.

B) SISTEMÁTICA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

Instância de controle social e deliberação sobre os projetos e gestão dos recursos:

Comitê Gestor - CG: composto por 16 representantes de Governo, 12 representantes indígenas indicados pelas organizações regionais; e 4 representantes indígenas indicados pelo CONSEA.

O CG, realiza reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias, quando necessário. Em 2009 foram realizadas 4 reuniões em Brasília-DF tendo como resultados a deliberação da cerca 115 projetos, dos quais 38 projetos foram Aprovados; Além disso, o CG debateu e homologou as Novas Diretrizes da Carteira Indígena, Aprovadas na II Oficina Nacional

Fluxo de aprovação de projetos: são recebidos pela Coordenação da Carteira Indígena, equipe do MMA, e encaminhado para parecer de sua equipe técnica, que emite parecer recomendando ou não a aprovação do projeto. Deliberação do CG sobre os projetos, após avaliação do relator indicado e dos demais membros do CG; os projetos aprovados sem condicionantes seguem para a elaboração de contrato com o PNUD e posterior assinatura pela proponente para que os recursos possam ser repassados. Projeto aprovados com condicionantes são encaminhados à proponente para que as atendam, o que é requisito para o repasse dos recursos. Caso o projeto seja reprovado, a proponente é informada, esclarecendo-se os motivos da não aprovação.

C) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento dos projetos apoiados vem sendo desenvolvido de forma continuada através de visitas técnicas de acompanhamento e vistorias, realizadas pela equipe técnica da Carteira Indígena e, em vários estados, por técnicos da FUNAI. **Em 2009, foram visitados, pelo menos uma vez, 42 projetos dos 103 projetos em execução e 105 executados.** O Plano Operacional de Monitoramento que começou a ser implementado em fevereiro de 2009 e com o qual se pretende chegar a 25% dos projetos monitorados, será intensificado em 2010.

A avaliação dos impactos das ações da Carteira Indígena também vem sendo feita de forma continuada. A partir de 2006, esta avaliação se deu, a partir dos resultados observados pela equipe técnica, através das visitas de monitoramento; dos Relatórios de Prestação de Contas, apresentados pelas instituições proponentes dos projetos, e através de fóruns específicos, com a participação dos beneficiários e parceiros, tais como: duas oficinas com parceiros federais e um Seminário Nacional de Avaliação, com expressiva participação dos beneficiários; Encontros de Intercâmbio Regionais preparatórios para a II Oficina Nacional de Trabalho. Atualmente, encontra-se em andamento uma consultoria destinada a avaliar as ações da CI, seus impactos sobre a qualidade de vida e a segurança alimentar e nutricional das comunidades, entre outros aspectos.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	765.000,00	585.134,82	179.865,18	179.865,18	100
Física	5	-	-	15	300

2.3.4.2. AÇÃO 6063 - FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Descrição	Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	440048,440040

RESULTADOS DA AÇÃO:

A atuação do “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” (PDPI) ocorre a partir de duas frentes de ação: o componente de “apoio aos subprojetos”, analisados em fluxo contínuo nas áreas temáticas de proteção das terras indígenas, atividades econômicas sustentáveis e valorização cultural; e o “fortalecimento institucional” do Movimento Indígena organizado da Amazônia.

No ano de 2009 foram aprovados 27 novos subprojetos no componente “apoio aos subprojetos”, totalizando, desde de 2001, 149 subprojetos aprovados pelo PDPI. Em 2009 , 19 novos projetos foram contratados e tiveram a primeira parcela paga. No entanto, o total de projetos em andamento no ano foi de 44, para os quais foram desembolsados R\$ 3.094.558,27.

No componente “fortalecimento institucional” merecem destaque o apoio à implementação de 6 Cursos de Formação de Gestores de Projetos Indígenas e o apoio à 35 iniciativas de articulação do movimento indígena, totalizando R\$ 1.598.407,96 repassados às organizações indígenas.

Além das atividades relacionadas aos subprojetos, a equipe do PPDI participou de instâncias de debates e grupos de trabalho, com destaque para as reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e para o grupo de trabalho interministerial para a elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

No âmbito de apoio aos subprojetos, foram importantes as parcerias realizadas com as organizações indígenas e, em alguns casos, com os estados. Nas atividades da PNGATI são fundamentais as parcerias com a Carteira Indígena (MMA), Departamento de Áreas Protegidas (MMA), ICMBio, Funai, GTZ e organizações não governamentais.

A aprovação dos subprojetos segue um fluxo que se inicia com o recebimento da proposta elaborada pela organização indígena e em seguida a triagem, em que se verifica se o subprojeto se enquadra na linha de apoio. Os subprojetos que são considerados aptos na triagem são enviados a pareceristas que recomendam ou não a sua aprovação. Os subprojetos recomendados pelos pareceristas são encaminhados à Comissão Executiva (CE), formada paritariamente por representantes governamentais e representantes indígenas, que aprova ou reprova os subprojetos. A equipe do PDPI realiza, com os subprojetos aprovados pela CE, uma capacitação inicial para em seguida dar encaminhamento aos procedimentos de contratação.

Os recursos são liberados em parcelas bimestrais, devendo a organização proponente do subprojeto prestar conta financeira a cada dois meses e prestar conta técnica, por meio de apresentação de relatórios, a cada seis meses. A liberação das parcelas tem como condição a apresentação das prestações de contas nos prazos estabelecidos, mas mesmo assim existem casos de inadimplência. Nesses casos, as soluções das pendências estão sendo cobradas oficialmente.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo PDPI é a equipe reduzida frente ao aumento contínuo da demanda de trabalho, o que tem ocasionado a priorização de algumas atividades em detrimento de outras.

Como ponto positivo é importante ressaltar o papel fundamental que as organizações e comunidades indígenas desempenham na implementação do PDPI, uma vez que, além de elaborarem seus próprios projetos, executam todas as atividades dos subprojetos e realizam a prestação de contas.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE (%)
Financeira	6.465.000,00	6.166.478,32	298.521,68	298.521,68	100
Física	11	-	-	19	172,73

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1145		Denominação: Comunidades Tradicionais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
30.984.706,00	16.822.144,00	7.446.515,00	4.933.617,00	3.810.476,00	4.933.617,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção	31/07/05	17,59	50,33	34,25	48,72
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Em 2009, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 48,72%, sendo que índice previsto para o ano era de 34,25%. Isto se deu, porque priorizou-se o apoio a projetos com caráter produtivo.						

O Contingenciamento no exercício de 2009 prejudicou a execução das ações do Programa Comunidades Tradicionais. Observa-se que execução financeira de todas as ações foi abaixo de 25%, devido ao contingenciamento imposto ao Ministério do Meio Ambiente, que por sua vez contingenciou os recursos da SEDR. Este fato limitou muito as atividades do Departamento de Extrativismo, que apesar disso conseguiu uma execução física alta em algumas ações devido ao apoio do MDA, CONAB, MDS.

Outro fator que prejudicou a execução do Programa foi a liberação de parte do recurso contingenciado em algumas ações apenas em dezembro do ano corrente. Este fator prejudicou a transferência de recursos a projetos e convênios que estavam a ser firmados com Governos de Estado.

2.4.4. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	0150	8671	A	4	unidade	5	15	4
18	541	1145	2001	A	4	unidade	57	34	50
18	122	1145	2272	A	4	unidade	-	-	-
18	128	1145	6060	A	4	unidade	700	571	700
18	541	1145	6230	A	4	unidade	19	2	24
18	541	1145	6040	A	4	unidade	6	7	3
18	541	1145	6087	A	4	unidade	538	20	52

A maior parte das ações teve execução física acima da média. As ações 6060, 6230, 6040 e 6087, que apresentaram problemas na execução física, tiveram uma baixa liberação de recursos, na média de 18% do valor previsto na LOA, por causa do contingenciamento de recursos. Esse fator prejudicou o apoio a projetos e capacitações para Povos e Comunidades Tradicionais.

Outro fator que contribui para a baixa execução da ação 6087 provém do fato de que a mesma tem uma previsão física na LOA superestimada. Mesmo que toda a dotação orçamentária prevista em lei fosse liberada para execução do projeto, seria inviável apoiar 538 projetos, pois cada projeto receberia em média R\$8.000,00, o que na prática não contribuiria no alcance dos objetivos desta ação, tais como a promoção do aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais, ou o apoio à atividades com vista à diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.

As ações 6063, 8671 e 6040 tiveram uma execução física acima do previsto devido ao apoio do MDA, CONAB, MDS.

2.4.5. INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAIS

INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Nome:

Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

Descrição:

Este indicador mede a proporção de organizações de comunidades tradicionais extrativistas que tem seus produtos inseridos em processos produtivos, tendo como universo amostral as entidades que encaminham projetos à Coordenadoria.

Tipo de Indicador:

De eficiência.

Fórmula de Cálculo e Método de Medição:

Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.

Avaliação do Resultado

Em 2009, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 48,72%, sendo que índice previsto para o ano era de 34,25%. Isto se deu, porque priorizou-se o apoio a projetos com caráter produtivo.

O indicador “Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção” não vêm representando nos últimos anos o único referencial para o processo de tomada de decisão gerencial. No período de sua criação, as ações do Departamento estavam voltadas prioritariamente para apoio a projetos de comunidades tradicionais com foco na inserção econômica dessas comunidades, por isso a necessidade de um indicador que mensurasse o beneficiamento da produção dos produtos extrativistas. Porém o indicador já apresentava um ponto negativo, pois os projetos apoiados advinham de demanda espontânea, fato que não permitia prever a localidade e os produtos que seriam beneficiados.

Atualmente as ações do DEX estão voltadas principalmente para ações de articulação e formulação de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais, fato que este que permitirá a elaboração de um novo indicador para o próximo PPA, pois as metas estarão regionalizadas e a demanda de apoio a projetos será induzida aos territórios das cadeias prioritárias.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Discriminação	Custo Total	Empréstimo contratado		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou	
		Previsão	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Código do projeto: 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia, Programa-Piloto. Finalidade: Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes. Organismo financiador: FW - ENTWICKLUNGS BANK	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW - 2000 65 136)	€ 13.293.588,91 (Contrato KFW - 2000 65 136)	€ 7.693.439,22	Não se aplica.	DOAÇÃO Desembolsos a projetos.	€ 1819.809,73	€ 6.767.707,47	Não se aplica	

1. DISCRIMINAÇÃO (CÓDIGO DO PROJETO, DESCRIÇÃO, FINALIDADE E ORGANISMO FINANCIADOR):

Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (6063)

Finalidade:

Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.

Descrição:

Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.

Organismo financiador:

KFW – ENTWICKLUNGSBANK

2. CUSTO TOTAL:

€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

3. EMPRÉSTIMO CONTRATADO (INGRESSOS EXTERNOS): “DOAÇÃO”

€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

4. CONTRAPARTIDA NACIONAL: NÃO SE APLICA.

Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
DOAÇÃO Desembolsos a projetos	€ 1819.809,73	€ 6.767.707,47	não se aplica Contratos firmados e à executar até o ano de 2010.	